



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
01º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

06 DE MARÇO DE 2013

MENSAGEM DO PODER EXECUTIVO

01– PROJETO DE LEI nº 20/2013 - Mensagem nº 02/13 – REGIME DE URGÊNCIA

Autor: Poder Executivo

Cria a Secretaria de Estado de Governo.

RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO

PROJETOS DE LEI EM 2ª DISCUSSÃO

02–PROJETO DE LEI nº 593/12

Autor: Dep. Anibelli Neto

Institui a Semana de Conscientização e Proteção dos Direitos dos animais no Estado.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

03–PROJETO DE LEI nº 559/12

Autor: Dep. Douglas Fabricio

Dispõe sobre a obrigatoriedade de asilos, casas de repouso, creches e pré-escolas públicas ou privadas, a instalarem e manterem em funcionamento circuito de câmeras de segurança.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

04–PROJETO DE LEI nº 362/12

Autor: Dep. Luciana Rafagnin E Luiz Eduardo Cheida

Dispõe sobre a proibição da tecnologia de incineração para a destinação final de resíduos sólidos urbanos no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

05–PROJETO DE LEI nº 141/12

Autor: Dep. Péricles de Mello

Institui, no Âmbito do Estado do Paraná, a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA.

RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA

06–PROJETO DE LEI nº 897/11

Autor: Dep. Marcelo Rangel

Acrescenta o § 3º, ao artigo 37, da Lei nº 11.054 de 11 de janeiro de 1995. (reserva legal - Lei Florestal do Estado do Paraná).

RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 11.054/1995. Súmula: *Dispõe sobre a Lei Florestal do Estado.*

Art. 37. *As áreas atualmente revestidas de formações florestais nativas, sem intervenção, em que ocorre o Pinheiro Brasileiro ou Pinheiro do Paraná (Araucária angustifolia), não poderão ser desmatadas de forma a provocar a eliminação permanente dessas florestas, tolerando-se somente a exploração racional desta, observadas as prescrições ditadas pela técnica, com a garantia de permanência dos maciços em boas condições de desenvolvimento e produção.*

§ 1º. *Deverão ser mantidos, a título de porta-sementes e de material genético, o mínimo de dez indivíduos em média por hectare nas áreas remanescentes da exploração.*

§ 2º. *Quando constatada pela autoridade competente a estagnação ou senilidade dos indivíduos remanescentes, os mesmos poderão ser substituídos através de adensamento ou enriquecimento, neste caso com população mínima média de 100 indivíduos por hectare, constatadas sua existência pela autoridade florestal até cinco anos após seu plantio.*

PROJETOS DE LEI EM 1ª DISCUSSÃO

07–PROJETO DE LEI nº 259/11

Autor: Dep. Caíto Quintana

Cria o Museu Histórico do Sudoeste do Paraná.

RELATOR: DEP. ELTON WELTER



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

08–PROJETO DE LEI nº 25/13

Autor: Dep. Gilson de Souza

Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado, ao Presidente da Igreja do Evangelho Quadrangular no Paraná Sr. Irineu Rodrigues.

RELATOR: DEP. PR. EDSON PRACZYK

09–PROJETO DE LEI nº 483/12

Autor: Dep. Paranhos

Dá nova redação ao Artigo 1º, da Lei nº 11.562/1996, que dispõe sobre a segurança nos caixas eletrônicos e "24 horas" no âmbito do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. BERNARDO RIBAS CARLI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 11.562/1996. Súmula: Dispõe que as instituições financeiras, no âmbito do Estado do Paraná, ficam obrigadas a instalar sistema de filmagem e monitoramento permanentes dentro dos chamados "Caixas Eletrônicos" e "24 Horas", e adota outras providências.

Art. 1º. As instituições financeiras, no âmbito do Estado do Paraná, ficam obrigadas a instalar sistema de filmagem e monitoramento permanentes dentro dos chamados "Caixas Eletrônicos" e "24 Horas", e ainda, manter pelo menos um vigilante durante todo o período de seu funcionamento.

10–PROJETO DE LEI nº 510/12

Autor: Dep. Nelson Luersen

Altera o Município Constante no anexo VII, do plano de aplicação da Lei nº 17.012/2011 (orçamento exercício 2012).

RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 17.012/2011. Súmula: Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2012.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS COM DILIGÊNCIAS
NÃO RESPONDIDAS NO PRAZO DE 90 DIAS

11–PROJETO DE LEI nº 372/12

Autor: Dep. Stephanes Junior

Altera dispositivos da Lei nº 13.758, de 10/09/2002, que dispõe sobre fogos de artifício no Estado do Paraná e dá outras providências.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

12–PROJETO DE LEI nº 333/12

Autor: Dep. Stephanes Junior

Cria o CEPER - Conselho Estadual de Política Étnico-Racial do Paraná e, dá outras providências.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

PROJETOS COM RETORNO DE DILIGÊNCIA

13–PROJETO DE LEI nº 341/12

Autor: Dep. Gilberto Ribeiro

Isenta de pagamento para utilização dos banheiros públicos pessoas maiores de 60 anos.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

14–PROJETO DE LEI nº 457/12

Autor: Dep. Marcelo Rangel

Proíbe a cobrança pelo uso de banheiros instalados nos Shopping Centers e nos Centros Comerciais, situados no âmbito do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

15–PROJETO DE LEI nº 371/12

Autor: Dep. Osmar Bertoldi

Altera os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 6º e suprime os artigos 5º, 7º e 8º da Lei nº 17.052 de 23 de janeiro de 2012 que "Dispõe sobre a prática de esporte de aventura no Estado do Paraná".

RELATOR: DEP. PR. EDSON PRACZYK

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 17.052/2012. Súmula: *Dispõe sobre a prática de esporte de aventura no Estado do Paraná.*

Art. 1º. *A promoção do esporte de aventura no Estado do Paraná, como atividade comercial ou atividade coletiva de recreação e lazer, de caráter público ou privado, observará o disposto nesta Lei.*

Parágrafo único. *Para os fins desta Lei, consideram-se esporte de aventura as modalidades esportivas de recreação que ofereçam riscos controlados à integridade física de seus praticantes e exijam o uso de técnicas e equipamentos especiais.*

Art. 2º. *A prática dos esportes de aventura pautar-se-á pela preservação da integridade física de seus praticantes, observado ainda o controle dos impactos da atividade sobre o meio ambiente e as comunidades envolvidas.*

Art. 3º. *São requisitos para a promoção do esporte de aventura, nos termos da legislação em vigor:*

I - *autorização do Corpo de Bombeiros Militar para a realização da atividade;*

II - *autorização do órgão competente para a utilização de locais públicos ou privados para a realização da atividade;*

III - *responsabilização técnica do profissional habilitado pela atividade;*

IV - *utilização de equipamentos e técnicas adequadas à atividade;*

V - *acompanhamento das atividades por monitores habilitados;*

VI - *prestação de primeiros socorros no local onde se realize a atividade, se necessário;*

VII - *condições de resgate da vítima, em caso de acidente.*

Parágrafo único. *Os equipamentos utilizados na prática de esportes de aventura devem apresentar certificado de qualidade expedido pelo órgão responsável em nível estadual ou federal.*

Art. 4º. *Fica o promotor de esportes de aventura obrigado a:*

I - *colher assinatura dos praticantes em termo de responsabilidade, no qual constem as obrigações da operadora, as características da atividade contratada e os riscos a ela inerentes;*

II - *divulgar publicamente, nos locais onde atue, as informações necessárias ao seguro desenvolvimento de suas atividades.*

Art. 5º. *As agências de turismo que operam com esporte de aventura deverão obter licenciamento específico para o exercício da atividade, nos termos desta Lei e de seu regulamento.*

Art. 6º. *Na prática de esporte de aventura deverão ser observadas, além do disposto na legislação pertinente e em seu regulamento, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.*

Art. 7º. *As concessões para o funcionamento das atividades esportivas de que trata esta Lei serão anuais, sendo exigidas, para sua renovação, vistoria do material utilizado e atualização de cadastro dos profissionais envolvidas na atividade.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Art. 8º. O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator às seguintes sanções, nos termos do regulamento:

I - multa;

II - suspensão temporária da atividade;

III - interdição total ou parcial do estabelecimento ou da atividade;

IV - cassação da licença do estabelecimento ou da atividade.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.